

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.601, DE 2015

Determina que seja pontuado, para efeito do exame de títulos em concursos públicos voltados para cargos relacionados à área de segurança pública no âmbito da União, serviço militar obrigatório prestado nos termos do art. 143 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autor: Deputado HÉLIO LEITE

Relator: Deputado ALEXANDRE LEITE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.601, de 2015, do Deputado Hélio Leite, determina que “*seja pontuado, para efeito do exame de títulos em concursos públicos voltados para cargos relacionados à área de segurança pública no âmbito da União, serviço militar obrigatório prestado nos termos do art. 143 da Constituição Federal, e dá outras providências*”.

Para materializar seu objeto, a proposição estabelece que, nos concursos para os cargos de policial federal, policial rodoviário federal e policial ferroviário federal, o tempo de serviço militar obrigatório, realizado em cumprimento ao disposto no art. 143, da Constituição Federal, seja pontuado, para fins de prova de títulos, com um percentual fixado dentro da escala de 10% a 30%. Determina, ainda, que se enquadra na hipótese de pontuação o tempo realizado na execução do serviço militar alternativo, prestado nos termos da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991. Por fim, dispõe que se torna

obrigatória “a inserção, em qualquer material publicitário destinado a incentivar a prestação do serviço militar obrigatório, de advertência às mulheres sobre o teor desta Lei”.

Em sua justificação, o Autor, Deputado Hélio Leite, afirma que os jovens do sexo masculino se valem de diversos expedientes para evitarem o cumprimento da obrigação constitucional de prestação do serviço militar, o que faz com que os que não conseguem ser dispensados tenham a falsa impressão de que a realização do serviço militar obrigatório é um tormento.

Aduz, ainda, que as mulheres, por serem isentas do serviço militar obrigatório em tempo de paz, são alvos de um desestímulo a que se voluntariem para a prestação do serviço militar alternativo. A atual situação jurídico-constitucional teria por consequência o fato de que “a maioria das brasileiras nem ao menos cogita alistar-se, o que solidifica a estrutura arraigadamente sexista das Forças Armadas”.

Conclui no sentido de que, sendo acolhida a proposição por ele apresentada, o cenário atual será modificado, havendo uma mudança de percepção do valor do serviço militar obrigatório, o que terá por consequência uma disputa pelas vagas oferecidas e um ganho social inestimável, uma vez que o período do serviço militar obrigatório oferecerá aos jovens – homens e mulheres – uma formação moral sólida e uma preparação para as adversidades que encontrarão durante suas trajetórias de vida.

No prazo de cinco sessões, contado a partir de 22 de junho de 2015, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Serviço Militar consiste no exercício de atividade específicas desempenhadas nas Forças Armadas e compreende a mobilização de parcela da população para todos os encargos relacionados com a Defesa Nacional. O Serviço Militar é, ainda, a oportunidade para o jovem compreender

a importância das Forças Armadas para a defesa e promoção dos interesses nacionais.

A importância do serviço militar obrigatório, nos dias atuais, é inquestionável. Não apenas em razão da contribuição que a estrutura militar – fundamentada na hierarquia e disciplina – dá para a formação dos jovens, mas também pela alternativa que o serviço militar oferece de garantia de uma atividade profissional a milhares de jovens, em uma época de grave crise econômica, que tem por consequência a redução de postos de trabalho e baixo nível de oferecimento de oportunidades de trabalho para os jovens que estão ingressando no período em que devem ser economicamente produtivos.

Associar a realização do serviço militar obrigatório ao oferecimento de pontuação em provas de títulos de concursos públicos para os cargos de policial federal, policial rodoviário federal e policial ferroviário federal constitui iniciativa extremamente inteligente, que terá como consequência a melhoria de qualidade do universo de candidatos à realização do serviço militar obrigatório, e, como corolário, permitirá que os quadros de pessoal desses órgãos sejam preenchidos por cidadãos que foram estimulados a desenvolver um senso de cumprimento do dever, indispensável para o bom cumprimento das suas missões orgânico-constitucionais.

Além disso, embora não seja matéria específica desta Comissão, destaque-se que a proposição tem o mérito de incentivar o alistamento de mulheres, as quais contribuirão de forma relevante para a elevação do nível de preparo da tropa, uma vez que a experiência tem demonstrado, nas Academias Militares das três Forças, que as mulheres, por seu empenho e capacidade, estão aptas a concorrer em igualdade de condições com os seus colegas do sexo masculino, aumentando, assim, o padrão do resultado final, uma vez que estimulam uma saudável competição na busca do destaque por mérito físico e intelectual.

A presença feminina nas Forças Armadas do Brasil cresce a cada ano. De acordo com dados divulgados em 2014 pelo Governo Federal, elas já eram 22.208, ou 6,34% do total do efetivo militar do País, que era, naquele ano, composto por 350.304 integrantes. A Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de

formação de militares de carreira do Exército, por exemplo, permite que militares do sexo feminino atuem como combatentes do Exército Brasileiro em áreas antes restritas aos homens.

Assim, em face do exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** deste projeto de Lei nº 1.601, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado ALEXANDRE LEITE
Relator